



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Rio Grande do Norte

Relatório Anual de Gestão da Integridade Biênio 2024/2025

Elaboração: Unidade Setorial de Integridade (USI) / Controladoria

Destinatário: Comitê Interno de Governança Institucional (CIGI) e Órgão Central do Sitai (CGU)

Sumário

1. Introdução e Visão Geral da Governança e Marcos Normativos	1
2. Estrutura Institucional da Gestão da Integridade	2
3. Relato da Atuação da Gestão de Integridade no Exercício	3
3.1. Autoavaliação e Maturidade Institucional (MMIP e iESGo)	3
3.2. Gestão de Riscos e Monitoramento do Plano de Integridade	3
3.3. Transparência Ativa, Acesso à Informação (LAI) e Proteção de Dados (LGPD)	7
3.4. Ações Formativas, Capacitação e Letramento em Integridade	9
4. Destaques dos Resultados das Funções de Integridade (2ª e 3ª Linhas de Defesa)	10
5. Diretrizes e Desafios Estruturantes para o Próximo Ciclo (2026–2029)	12
5.1. Estratégias de Integração e Superação da Escassez de Pessoal	13
6. Conclusão	13
7. Referências	14

Lista de Quadros

Quadro 1 – Resultados da Mitigação de Riscos Críticos e Geração de Valor Público	3
Quadro 2 – Execução de Entregas no Eixo de Governança da Informação (LAI e LGPD)	7
Quadro 3 – Desempenho das Funções de Integridade	10

1. Introdução e Visão Geral da Governança e Marcos Normativos

Consoante as normas estabelecidas pelo Decreto nº 11.529/2023 e pela Portaria Normativa CGU nº 234/2025, a Unidade Setorial de Integridade (USI) apresenta o relato das atividades e dos resultados da gestão da integridade no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) referentes ao biênio 2024/2025.

O biênio destacou-se pelo fortalecimento tático e estratégico da governança, com a instituição dos seguintes marcos normativos e estruturais:

- Novo Regimento Geral (Resolução nº 109/2025): Formalizou e consolidou o modelo de Três Linhas de Defesa na Autarquia, instituindo os macroprocessos, em especial o macroprocesso Governança, que atribui responsabilidades para as estruturas de gestão e de apoio à governança, em consonância com o modelo das três linhas do IIA (Institute of Internal Auditors), modelo adotado pelos órgãos de controle e auditoria para estruturação das funções de gestão, conformidade e auditoria interna.
- Política de Gestão de Riscos (Resolução nº 88/2025): Atualização normativa que consolidou a estrutura de governança fundamentada no Modelo de Três Linhas, formalizando a atuação do Comitê Interno de Governança Institucional (CIGI) como órgão colegiado de apoio, e a criação do Núcleo de Gestão de Riscos (NGRIS) como unidade técnica de segunda linha coordenada pela área de integridade.
- Instalação do Comitê Interno de Governança Institucional (CIGI): Efetivação do órgão colegiado de apoio responsável por dar suporte à Alta Administração nas decisões estratégicas ligadas à integridade, conformidade e gestão de riscos.
- Política de Prevenção ao Assédio: Aprovação da Política Prevenção e Enfrentamento do Assédio, da Discriminação e Demais Formas de Violência, responsável por promover um ambiente acadêmico seguro, ético, inclusivo e respeitoso, com foco na proteção da dignidade das pessoas, no acolhimento das vítimas e na promoção da cultura de respeito e tolerância zero em relação a ocorrências.
- Modelagem de Processos: Início da Arquitetura e Modelagem de Processos institucionais para mapear, padronizar e aprimorar os processos institucionais prioritários, buscando aumentar a eficiência administrativa, reduzir gargalos e riscos, melhorar a integração entre setores e apoiar a tomada de decisão, com foco no fortalecimento da governança e no atendimento mais ágil e qualificado às demandas internas e da sociedade.

2. Estrutura Institucional da Gestão da Integridade

A atual arquitetura de governança do IFRN definiu a Controladoria como unidade responsável pela coordenação das funções transversais de segunda linha de defesa. Nesse arranjo, a Controladoria exerce o papel de Unidade Setorial de Integridade (USI) e concentra as atribuições de Autoridade de

Monitoramento da LAI (AMLAI), Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (EDP) e coordenação do Núcleo de Gestão de Riscos (NGRIS).

Com a ampliação das demandas relacionadas à LAI, à LGPD, à gestão de riscos e à integridade, identifica-se a necessidade de readequação estrutural do modelo adotado. O planejamento dos próximos ciclos considera a expansão da capacidade operacional, com definição de equipes dedicadas às funções de integridade.

3. Relato da Atuação da Gestão de Integridade no Exercício

3.1. Autoavaliação e Maturidade Institucional (MMIP e iESGo)

No ciclo de 2024, a USI coordenou a autoavaliação baseada no Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP) da CGU. O IFRN obteve nota 2,69, de 3, enquadrando a instituição no Nível 1 (Inicial). Adicionalmente, o IFRN respondeu ao índice iESGo do TCU, atingindo o patamar de 74,1% e alinhando as práticas de governança à sustentabilidade.

Um desafio para o próximo ciclo, no que tange ao processo de autoavaliação é retomar a autoavaliação junto ao Programa Nacional de Prevenção e Combate à Corrupção (PNPC). A autoavaliação do PNPCC é realizada exclusivamente na plataforma e-Prevenção, mantida no âmbito do TCU e da Rede de Controle.

3.2. Gestão de Riscos e Monitoramento do Plano de Integridade

A implementação do Plano de Integridade identificou de forma 101 riscos institucionais, sendo 51 classificados com criticidade Alta ou Extrema, gerando um esforço de planejamento de 256 ações preventivas. No acompanhamento sistemático de 2024, de um recorte de 47 riscos críticos ativamente monitorados, 37 receberam tratamento efetivo, representando uma eficácia de 78,7% no monitoramento institucional. Ação que não foi realizada no ano de 2025, tendo em vista que foi priorizada a ação formativa para implementação do sistema ForRisco junto a todas as áreas sistêmicas e de integridade, em conformidade com a Metodologia de Gestão de Riscos do IFRN.

Apresenta-se no quadro a seguir o recorte do monitoramento:

Quadro 1 - Resultados da Mitigação de Riscos Críticos e Geração de Valor Público

Área / Ação Mitigadora	Resultados Alcançados (2024/2025)
Gestão Financeira e Pessoal (DIGPE)	Criação da Instrução Normativa 15/2024 para regulamentar o ressarcimento de valores pagos indevidamente, permitindo a abertura de processos e a recuperação de fundos para o erário. Melhorias no SUAP para evitar erros no lançamento de substituições de chefias e auxílios, além da otimização do ponto eletrônico.
Saúde e Bem-Estar (DIGPE)	Promoção de eventos focados na qualidade de vida e prevenção, como a SIPAT e os Jogos Intercampi (JICS), além de plantões psicológicos.
Conflito de Interesses e Acumulação de Cargos (DIGPE)	Implementação de um módulo para declaração de acumulação de cargos no SUAP, monitorização via E-pessoal (TCU) e habilitação do IFRN no Sistema Eletrónico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI). (ação em andamento)
Transparência de Projetos e Gestão Orçamentária (PRODES)	Transparência na Execução: Evolução do SUAP para garantir maior transparência no acompanhamento de Termos de Execução Descentralizada (TED) e convênios. (ação em andamento) Gestão Orçamentária: Uso do Plano de Atividades como balizador para a distribuição de recursos avaliados via Relatório de Gestão. (ação em andamento)
Segurança Cibernética (DITIC)	Implementou o PPSI e adotou sistema de registros (logs), que audita as ações de usuários ao acessar/emitir documentos. Solicitou-se, ainda, ferramenta de anonimização no módulo de processos do SUAP (ação em andamento).
Ética e Privacidade (PROPI)	Realização de cursos sobre ética na pesquisa (envolvendo seres humanos e animais) e

	aplicação prática da LGPD em projetos científicos.
Gestão de Financiamentos (PROPI)	Atuação na defesa de recursos institucionais através da apresentação de recursos administrativos junto a entidades de fomento (como o CNPq) para reverter reprovações financeiras.
Gestão Patrimonial e Contratos (PROAD)	Gestão de Contratos: Promoção de cursos de capacitação para fiscais focados nas inovações da Nova Lei de Licitações (Contratação Pública) e fomento ativo à segregação de funções na fiscalização dos contratos. Controle Patrimonial: Exigência de inventário físico anual e condicionamento da movimentação de servidores à emissão de certidões de "nada consta" de pendências patrimoniais.
Políticas Afirmativas e Direitos Humanos (PROEN)	Composição do Comitê de Educação em Direitos Humanos (COMEDIH) e desenvolvimento de ações conjuntas com os Núcleos de Ensino Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI) para oferecer formação à comunidade acadêmica.
Letramento em Gênero e Diversidade (PROEN)	Realização de oficinas formativas descentralizadas nos <i>campi</i> , além da elaboração de cartilhas e normativas ligadas diretamente ao combate de diferentes tipos de assédios.
Transparência e Regulamentação Acadêmica (PROEN)	Atualização da normativa interna sobre registros de frequência e rendimento de estudantes (ON 03/2009-PROEN), visando mitigar riscos operacionais e garantir maior transparência acadêmica.
Formação Discente (PROEN)	Responsabilidade por articular os processos contínuos de formação para os alunos acerca da prevenção e do enfrentamento do assédio, da discriminação e de outras violências.
Combate à Violência (DIGAE)	Participação ativa em Grupos de Trabalho

	(GT) para planejar ações institucionais de combate aos assédios moral e sexual.
Inclusão e Diversidade	Composição e atuação estratégica junto ao Núcleo de Educação em Gênero e Diversidade (NUGEDI) na Reitoria do IFRN.
Acolhimento e Suporte	Atuação como uma das instâncias oficiais responsáveis por realizar o acolhimento, preservar a integridade física e moral das vítimas, e dar o encaminhamento devido a notícias de assédio, discriminação e outras violências no ambiente escolar.
Educação Preventiva	Responsabilidade co-partilhada, juntamente com a PROEN, por coordenar a execução de capacitações e campanhas formativas voltadas aos estudantes sobre a temática de prevenção a assédios.
Gestão Correcional (CORREG/USI)	Estruturação: Designação oficial de um Corregador; fortificação da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPAD), com um banco de dados superior a 30 servidores formados para inquéritos. (CORREG) Ações Preventivas: Promoção ativa de palestras educativas para o combate ao assédio no ambiente de trabalho. (CORREG) Anonimização de Dados: Elaboração de protocolo de tarjamento e anonimização de processos disciplinares (PADs) concluído, garantindo publicidade sem violar a intimidade. (USI)
Gestão de Auditoria Interna (AUDGE)	Monitoramento Sistêmico: Criação de um Módulo de Auditoria no SUAP para registrar e acompanhar as recomendações emitidas aos gestores de forma contínua. Reestruturação e Planejamento: Criação da Assessoria de Gestão Interna e emissão formal de ofícios e ordens de serviço para procurar soluções conjuntas com as áreas auditadas.

Gestão de Ouvidoria (OUV)	Triagem aperfeiçoada: Implementação de verificação de materialidade nas denúncias, solicitando provas complementares aos manifestantes para evitar a tramitação de denúncias inaptas. Apoio ao Cidadão e Transparência: Fornecimento de <i>feedback</i> inicial ao utilizador e direcionamento obrigatório do uso da plataforma Fala.BR para centralizar e dar transparência às manifestações.
---------------------------	--

Fonte: Elaborado pela USI/IFRN.

3.3. Transparência Ativa, Acesso à Informação (LAI) e Proteção de Dados (LGPD)

A Unidade Setorial de Integridade (USI) adotou procedimentos voltados à conciliação entre as obrigações de transparência pública e a proteção de dados pessoais:

Quadro 2 - Execução de Entregas no Eixo de Governança da Informação (LAI e LGPD).

Eixo de Atuação	Detalhamento das Ações e Despachos Emitidos
Saneamento e LAI	• Emissão de parecer orientando o fornecimento de cópias tarjadas ao invés de produzir "documentos novos". • Orientação vinculante ao SIC para aplicação estrita do princípio da minimização em listas ativas. • Execução de Plano de Ação (Relatório de Auditoria nº 09/2025) com despachos emitidos para: atualização de organogramas (PRODES), padronização de páginas (DICI) e publicação da relação e horários de contatos no PGD (COCA). • Definição de cronograma institucional para publicação do Relatório Anual da LAI (Política Transparência).
Transparência Ativa	• Reestruturação e padronização do Portal de Transparência (alinhado ao Guia da CGU), e publicação imediata do "Rol Negativo" de informações sigilosas. • Instauração de processo físico para criação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADs).
Controle Social (Fala.BR)	• Determinação institucional do uso obrigatório do Fala.BR para tramitação e transparência no recebimento de denúncias. • Realização de ação para publicar histórico de audiências públicas dos últimos 3 anos.
Proteção de Dados (LGPD)	• Aprovação da Política de Proteção de Dados Pessoais (2024); • Atualização contínua da página de proteção de dados pessoais; • Realização de orientações: ☐ Parecer 1/2024; Parecer 3/2024; Parecer 6/2024 (Protocolo processos de tratamento de processos correccionais); Parecer 6/2025: orientações sobre tarjamento. ☐ Parecer 4/2024: Adotar procedimento adequado e seguro para disponibilizar dados de estudantes destinados a pesquisas acadêmicas. ☐ Parecer 5/2024: Indeferir envios de e-mails em massa por sindicatos e submeter

comunicações externas à análise da Comunicação Institucional.

- ☐ **Parecer 6/2024:** Criação e submissão de protocolo obrigatório de tarjamento e anonimização em Processos Administrativos Disciplinares (PADs) concluídos antes de sua publicização.
- ☐ **Parecer 1/2025:** Tratar dados de alunos em risco em reuniões reservadas, limitando o acesso apenas aos setores estritamente necessários.
- ☐ **Parecer 2/2025:** Compartilhar dados de egressos solicitados via SIC apenas após análise minuciosa de legalidade, viabilidade e proteção de direitos.
- ☐ **Parecer 3/2025:** Condicionar a entrega de dados a pesquisadores à assinatura de Termo de Compromisso de Confidencialidade, vedando repasses a terceiros.
- ☐ **Parecer 4/2025:** Seguir as diretrizes técnicas estabelecidas para responder adequadamente a pedidos via e-SIC referentes a registros individuais de ponto.
- ☐ **Parecer 5/2025:** Entregar apenas listas de candidatos/eleitos (minimização de dados) e registrar formalmente a ausência de

Fonte: Elaborado pela USI/IFRN.

3.4. Ações Formativas, Capacitação e Letramento em Integridade

A promoção da cultura ética dependeu de forte mobilização funcional. Durante o biênio, executou-se um rol de ações formativas, reuniões sistêmicas e participações em fóruns de controle:

2024:

- Reuniões formativas sobre transparência, normativas vigentes e LGPD.
- Participação na Oficina de Integridade da CGU.
- Participação no Seminário de Proteção à Privacidade e aos Dados Pessoais.
- Encontro de Encarregados de Dados das IES.
- Capacitação do SISP sobre PPSI.
- Palestra “Como construir uma Cultura de Segurança de Dados na Gestão de Pessoas?”.

2025:

- Seminário de Gestão de Riscos da Rede Federal.
- Evento Pró-Integridade do MGI.

- Evento Formativo – 2 anos do SITAI.
- Curso “Atuação Gerencial das Ouvidorias”.
- Evento CGU sobre integridade em tempos de COP30.
- Ação formativa “Líder Eficaz”.
- Oficinas inclusivas de letramento e combate a práticas discriminatórias.
- Oficinas de Gestão de Riscos com equipes institucionais.
- II Workshop de Governança Institucional.

4. Destaques Acerca dos Resultados Alcançados das Funções de Integridade de 2ª e 3ª linhas

A seguir o quadro demonstra os principais destaques das funções de integridade, no que se refere aos resultados alcançados.

Quadro 3 - Desempenho das Funções de Integridade.

Instância de Defesa	Detalhamento dos Resultados e Apurações Disciplinares
Ouvidoria Institucional	Registrou um salto expressivo de 209,5% no volume de denúncias processadas em 2025. Promoveu a atualização do Regimento Interno (Resolução 53/2025 - CONSUP/IFRN), e alcançou a marca de 98,37% de resolutividade no tratamento das 286 manifestações recebidas no ano de 2025.
Corregedoria	A área correcional obteve avanço estrutural com a designação de um corregedor. Destaca-se a manutenção da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPAD) , com servidores que são continuamente capacitados para conferir celeridade aos inquéritos preliminares.
Unidade Setorial de Integridade (NGRIS, Encarregado de Dados Pessoais, Gestão da Integridade, Transparência e Acesso à Informação)	Coordenação técnica dos riscos de integridade mapeados; exerceu de forma contínua o processo de adequação do IFRN à LGPD; coordenou o processo de autoavaliação no MMIP; coordenou o processo de revisão da Política e da Metodologia de Gestão de Riscos e as ações para implementação do sistema ForRisco; contribuiu com o processo de conformidade institucional com a Política de Governança da Administração Pública, com ações concretas na atualização do Regimento Geral, na criação do Comitê Interno de Governança Institucional (CIGI); coordenou o processo de conformidade da instituição com o Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação; contribuiu com a construção da política institucional de prevenção e enfrentamento; e coordenou o processo de conformidade da instituição com Guia de Transparência Ativa do Governo Federal, garantindo 100% de cumprimento.
Auditoria Interna (AUDGE)	Promoveu reestruturação gerencial com a criação da Assessoria de Gestão Interna no final de 2024. Inovou com a criação e solicitação de um Módulo de Auditoria diretamente no SUAP para registro, acompanhamento sistemático de recomendações e emissão formal de ofícios e

ordens de serviço. Durante a gestão, a AUDGE implementou 171 recomendações (26% de atendimento de um amplo passivo histórico), restando 433 em monitoramento. As auditorias referendaram que a ausência de controles operacionais prévios é a principal origem das falhas apontadas.

Fonte: Elaborado pela USI/IFRN.

5. Diretrizes e Desafios Estruturantes para o Próximo Ciclo (2026-2029)

Para elevar a maturidade do Programa de Integridade e mitigar as lacunas operacionais oriundas do crescimento institucional, a Unidade Setorial de Integridade sistematiza os desafios futuros para a Alta Administração. O próximo ciclo exigirá o enfrentamento direto de vulnerabilidades presentes, destacando-se os seguintes desafios focais:

- **Avaliações de Maturidade:** Superar as lacunas vigentes para evoluir os resultados da última autoavaliação do PNPC na avaliação corrente, almejando ainda alcançar a estabilidade normativa requerida para atingir o **Nível 3 no MMIP** (saindo do atual Nível 1 - Inicial).
- **Controle Social e Correição:** Melhorar os indicadores de atendimento da Ouvidoria frente ao aumento expressivo da demanda por canalizações de denúncias. Paralelamente, garantir a melhoria nas respostas e elevar a transparência dos processos correcionais através do uso massivo da plataforma **e-PAD**. Melhorar a estrutura de pessoal da unidade correcional do IFRN.
- **Monitoramento e Gestão de Riscos:** Aprimorar o monitoramento sistemático do Programa de Integridade como um todo e consolidar a operacionalização orgânica da gestão de riscos de forma capilarizada, integrando definitivamente a Reitoria e os campi.
- **Integração Institucional das instâncias de integridade:** Promover a integração nas respostas das funções de integridade e das áreas sistêmicas. O desafio reside na necessidade de promover o tratamento dos riscos de integridade de forma conjunta e na democratização da troca de informações, superando a discrepância normativa de que atualmente apenas a USI, Auditoria-Geral, Ouvidoria e AMLAI possuem obrigatoriedade de emitir relatórios anuais estruturados de gestão.
- **Conformidade com o novo referencial de integridade:** Promover a conformidade institucional com a Portaria Normativa CGU nº 234/2025, implementando as novas ferramentas integridade, quais sejam: Programa de Integridade, Plano de Integridade com vigência e escopo ampliados e relatórios anuais de gestão da integridade (RAI).
- **Proteção de Dados Pessoais e Segurança da Informação:** Atualização da Política de Segurança da Informação em conformidade com a LGPD e buscando atender os dispositivos constantes do Programa de Privacidade e Segurança da Informação do Governo Federal.
- **Transparência Ativa e Passiva:** Continuidade das ações para saneamento das recomendações de auditoria sobre transparência ativa da Auditoria-Geral e melhoria dos indicadores de transparência passiva.
- **Elaboração e implementação de Novos Regulamentos e Normas Internas de Integridade:** Implementação da Política de Transparência do IFRN, elaboração e implementação dos regulamentos para tratamento do risco de conflito de interesses e dos fluxos de prevenção do nepotismo.

- **Estruturação física e de pessoal da Unidade Setorial de Integridade:** Pleitear novos servidores, promover a sua capacitação, instituir controles para evitar conflitos de interesse no desempenho das funções de integridade e promover a estruturação física da Controladoria e da Ouvidoria.

5.1. Estratégias de Integração e Superação da Escassez de Pessoal

A fragilidade mapeada na integração entre as funções de integridade e as áreas sistêmicas (primeira linha de defesa) para o tratamento de riscos reside primordialmente em superar a fragmentação administrativa e a escassez servidores. O objetivo central para o novo ciclo é transformar as exigências de conformidade em rotinas de trabalho orgânicas, integradas aos processos de trabalho cotidianos, ao invés de atuar de maneira reativa.

Para viabilizar esta integração e assegurar a troca tempestiva de informações sem depender exclusivamente da formulação de onerosos relatórios anuais pelas áreas desprovidas de obrigatoriedade legal – e sem impor a criação de novos setores operacionais –, as seguintes estratégias e arranjos técnicos devem ser priorizados:

- **Pontos Focais de Integridade:** Para suprir a ausência de equipes dedicadas nas Diretorias e Pró-Reitorias, serão designados pontos focais de integridade. Cada unidade indicará um servidor como interlocutor da USI, ampliando o fluxo de informações sem necessidade de dedicação exclusiva. Recomenda-se que o membro titular do NGRIS assuma essa função.
- **Reporte Padronizado e Simplificado:** Diante da não elaboração regular dos relatórios anuais, será adotado o reporte semestral de riscos, incidentes e ações de contingência à USI, conforme a Política de Gestão de Riscos. O envio ocorrerá exclusivamente pelo sistema ForRisco, reduzindo esforço técnico e dispersão de formatos.
- **Centralização em Instâncias Colegiadas:** Considerando a limitação de pessoal, o diálogo sobre integridade será concentrado na CTAI ou no CIGI. Essas instâncias reunirão representantes para análise de informações e definição de ações, evitando reuniões setoriais dispersas.
- **Uso do ForRisco:** Em razão das restrições de força de trabalho, os controles serão executados prioritariamente por meio do sistema ForRisco.
- **Coordenação Integrada do Sistema:** Para evitar sobrecarga das áreas finalísticas, a USI irá propor um fluxo de demandas em articulação com o Núcleo de Gestão de Riscos. Caberá à USI consolidar informações e orientar normativamente, mantendo a gestão dos riscos sob responsabilidade dos gestores das áreas.

6. Conclusão

O biênio 2024/2025 evidencia a consolidação, no IFRN, de uma transição gradual de um modelo centrado no atendimento formal de requisitos para um arranjo de governança de integridade estruturado a partir de dados e registros sistêmicos. O processo contínuo de avaliação e gestão de riscos foi utilizado como instrumento de orientação às diretorias sistêmicas, promovendo a identificação de fragilidades e a proposição de medidas voltadas à transparência e ao estabelecimento de controles nas áreas de gestão de pessoas, gestão patrimonial e execução de projetos extraorçamentários.

A atuação articulada da Unidade Setorial de Integridade e das instâncias de integridade — Comissão de Ética, Ouvidoria, Corregedoria, AMLAI, EDP, Gestão de Pessoas — resultou no tratamento de pendências relacionadas à Lei de Acesso à Informação, no fortalecimento dos mecanismos de proteção de dados no SUAP, na recomposição de recursos financeiros à Autarquia, no tratamento de riscos de assédio, discriminação e outros tipos de violência, decorrentes de providências administrativas e de controle adotadas no período.

Os resultados observados indicam avanços institucionais; entretanto, a manutenção, a autonomia e a atuação contínua do sistema de integridade no ciclo 2026–2029 dependem da superação dos desafios estruturais identificados. Nesse contexto, demanda-se da Alta Administração deliberação quanto ao investimento em soluções tecnológicas, à conclusão e aprovação das normatizações pendentes (LGPD, nepotismo, conflito de interesses e transparência) e à definição formal estrutura funcional e da composição da força de trabalho da Corregedoria, da Controladoria, da Ouvidoria e demais estruturas de integridade que necessitem de estruturação.

7. Referências

BRASIL. **Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023**. Institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e o Programa Nacional de Integridade Pública. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Portaria Normativa nº 234, de 25 de janeiro de 2025**. Estabelece as diretrizes para a estruturação e operacionalização do Programa de Integridade Pública. Brasília: CGU, 2025.

IFRN. Conselho Superior. **Resolução nº 88/2025-CONSUP/IFRN**, de 25 de agosto de 2025. Institui a Política de Gestão de Riscos no âmbito do IFRN. Natal: IFRN, 2025.

IFRN. Conselho Superior. **Resolução nº 109/2025-CONSUP/IFRN**. Aprova o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal: IFRN, 2025.

IFRN. **Plano de Integridade do IFRN 2023-2025**. Natal: Gestão da Integridade, 2023.

IFRN. **Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT)**. Exercícios 2024 e 2025. Natal: Auditoria-Geral, 2025 e 2026.

IFRN. **Relatório de Gestão Institucional**. Exercícios 2024 e 2025. Natal: IFRN, 2025.

Documento Digitalizado Público

Relatório Anual de Gestão da Integridade – Biênio 2024/2025.

Assunto: Relatório Anual de Gestão da Integridade – Biênio 2024/2025.
Assinado por: Ismael Coutinho
Tipo do Documento: Relatório
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Ismael Felix Coutinho Neto, CHEFE - FG0001 - CONTROL/RE**, em 12/08/2026 16:12:41.

Este documento foi armazenado no SUAP em 12/08/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 2684285
Código de Autenticação: 921c06baa3

